

Caríssimos Leitores,

A Revista Ordem Pública e Defesa Social tem publicado dois periódicos anuais de natureza científica – editados desde 2008 – e já está em seu oitavo ano de publicação, apresentando publicações de estudiosos de diversas procedências acadêmicas.

Estes dois últimos números guardam duas diferenças: uma trata das publicações dos Cadetes da Polícia Militar, e a outra, dos Cadetes do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

A Revista Ordem Pública e Defesa Social possui uma perspectiva empírica e escopo mais amplo – aceitando inclusive trabalhos baseados em estudos do tipo mono-caso, tangenciando temas ligados aos matizes da segurança pública, da salubridade pública e da defesa do cidadão.

Apresentando inicialmente o trabalho de Leonardo Rincon Stankiewicz Baccin e Tércia Maria Ferreira da Cruz, intitulado “**Uma reflexão sobre a utilização das redes sociais como forma de auxílio à atuação da polícia comunitária**”, o objetivo deste estudo visa identificar e avaliar os aspectos predominantes das dimensões do emprego das redes sociais para potencializar o exercício de polícia comunitária, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica e assim interagir nas redes sociais, a fim de identificar o perfil dos internautas/cidadãos, capturar seus anseios e fundamentalmente trocar informações com a comunidade.

No segundo artigo, “**Lavratura do flagrante delito pelo oficial da PM nos crimes comuns: uma reflexão sobre seus benefícios**”, Rodrigo Pinheiro Dominici e Marlon Jorge Teza postulam, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que os Oficiais da Polícia Militar desenvolvam esse procedimento, para promover maior celeridade aos processos numa perspectiva altamente sistêmica, atendendo as demandas hodiernas das demais agências de governo, mormente dos demais integrantes do sistema de justiça criminal.

O terceiro artigo, “**Operações de manutenção da paz das Nações Unidas: uma reflexão sobre a contribuição de policiais militares**”, de André Diego Marques da Rosa e Emerson Fernandes, aborda as vantagens do emprego de policiais militares no contingente desdobrado no âmbito das operações de paz da Organização das Nações Unidas, proporcionando uma atualização tecnológica dos recursos humanos que se submetem a essa experiência.

Já no quarto artigo, “**Ambiente gestor para o fomento da inovação de produtos, processos, serviços e tecnologia**”, Maycon Bianco e João Schorne Amorim analisam a possibilidade da criação de um ambiente favorável aos estudos orientados às novas tecnologias a serem empregadas na segurança pública.

O quinto artigo, “**Análise da realização de diligências complementares vinculadas aos termos circunstanciados lavrados pela PMSC**”, de Elton Roussenq Garcia e Joamir Rogério Campos, analisa a possibilidade de tornar exclusiva essa atribuição à PMSC quanto aos TCs por ela lavrados, que, como regra, pertence à Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC).

O sexto artigo, “**Análise da legalidade do emprego de veículos aéreos não tripulados (VANTs) na atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública**”, de Leonardo Pires Oliveira e João Schorne Amorim, procura analisar a existência de respaldo legal para a utilização de VANTs na atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública no País. Especificamente, o trabalho tratou sobre a inovação tecnológica no ambiente policial, trazendo a perspectiva de autores sobre a relevância do aprimoramento tecnológico da atividade de polícia.

Na sequência, o sétimo artigo, “**A análise da aplicação da sanção de perda da função pública aos policiais militares por meio da lei de improbidade administrativa**”, de Eduardo Cáceres Miotto e Wanio Wiggers, analisa a possibilidade de aplicação da sanção de perda da função pública aos policiais militares por meio da Lei de Improbidade Administrativa, por intermédio de sentença judicial.

No oitavo artigo, “**Poder de polícia administrativa como instrumento de prevenção ao crime**”, de Giovanni Fagundes dos Santos e Miguel Ângelo da Silveira, analisa-se a importância do poder de polícia administrativa como instrumento de prevenção à criminalidade.

O nono artigo, “**Agentes temporários: uma análise conceitual-histórica desses profissionais na Polícia Militar de Santa Catarina**”, de Róbson Dias Savitraz e João Schorne de Amorim, faz uma análise conceitual-histórica dos agentes temporários na PMSC, caracterizando os padrões de gestão empregados para esse quadro técnico-administrativo de grande relevância para a Instituição Barriga-verde.

No décimo artigo, “**Memória institucional: uma reflexão sobre sua importância para a Polícia Militar de Santa Catarina**”, de Eduardo Decorte Medeiros e Ed-

mundo José de Bastos Júnior, analisa-se a memória institucional e suas formas de preservação, com o propósito de avaliar as repercussões identitárias e institucionais para a PMSC. Asseveram os autores acerca da escassa produção científica e literária institucional, propugnando a criação de um Centro de Documentação e Memória, responsável por reunir acervos audiovisuais, bibliográficos, materiais, museológicos, fotográficos, referenciais, coleções e banco de depoimentos.

No epílogo deste, segue o artigo décimo primeiro, que se conforma em analisar o **“Monitoramento das ações policiais por meio do uso de câmeras de porte individual: uma análise de sua utilização nas atividades operacionais”**, de Jardel da Silva e Joamir Rogerio Campos, analisando o uso de câmeras corporais nas atividades operacionais e verificando para tanto a evolução do videomonitoramento, desde sua utilização em viaturas até as atuais câmeras individuais, e os principais estudos existentes. Por fim, apresenta as inúmeras vantagens econômicas dessas tecnologias no desempenho do trabalho policial.

A todos, uma excelente leitura,

Aldo Antonio dos Santos Junior

Cel PM Editor da ROP-Defesa Social